

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



**Filosofia
Política,
Educação,
Direito e
Sociedade 5**

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e
Sociedade 5

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 5 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-098-8

DOI 10.22533/at.ed.988190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caros leitores,

Bem-vindos ao livro *Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade*.

Meu desejo é construir junto com vocês alguns modos de existência experiências filosóficas diversificadas e intensas!

O livro permitirá entrar no mundo fascinante em que o pensamento se pensa a si mesmo. Se vocês já têm contato com a reflexão filosófica, encontrarão aqui caminhos para ir mais longe.

Tudo neste livro foi elaborado com cuidado para oferecer possibilidades de compreender filosoficamente a nós mesmos, aos outros e ao mundo.

Os volumes abrem as portas da Filosofia aos que não a conhecem e convida os que já a conhecem a atravessá-las com olhar renovado com uma coleção de temas bastante significativos em nossa vida cotidiana e que aqui são tratados filosoficamente. Contribui para o estudo sistemático da história do pensamento filosófico seja individualmente, seja com seus companheiros de escola, vocês poderão ler este livro de maneira linear, quer dizer, indo do começo ao fim.

O livro contém ainda uma grande quantidade de textos além de recursos culturais (documentos científicos, filmes, obras literárias, pinturas, músicas etc.) dos quais nascem as reflexões aqui apresentadas ou que podem ser tomados como ocasião para continuar a filosofar.

O que proponho é que filosofemos juntos, quer dizer, que pratiquemos juntos atos filosóficos em torno de assuntos diversos, procurando desenvolver o hábito da Filosofia ou do filosofar. Vocês perceberão que a atividade filosófica vai muito além da formação escolar, porque envolve muitos senão todos aspectos da nossa vida. No entanto, a escola continua sendo um lugar privilegiado para praticar a Filosofia, pois nela temos a possibilidade de nos beneficiar da companhia de nossos professores, amigos, colegas e todos os membros que compõem o ambiente formativo.

Espero que vocês aproveitem ao máximo a minha proposta e tenham o desejo de ir além deste livro, encontrando os próprios filósofos e filósofas, obtendo muito prazer com a atividade de pensar sobre o próprio pensamento.

Toda filosofia é um combate. Sua arma? A razão. Seus inimigos? A tolice, o fanatismo, o obscurantismo. Seus aliados? As ciências. Seu objeto? O todo, com o homem dentro. Ou o homem, mas no todo. Sua finalidade? A sabedoria. Este livro é uma porta de entrada para a filosofia, permitindo ao leitor descobrir as obras para constituir futuramente sua própria antologia.

Com o objetivo de ampliar as discussões sobre as políticas públicas de educação no Brasil contemporâneo, com fundamentação histórica e filosófica, o projeto procurou possibilitar a reflexão sobre as formas de contribuição dos movimentos sociais para a sua ampliação, as lutas pelo reconhecimento da diversidade dos seus sujeitos, assim como levantar questões que condicionam as políticas de inclusão aos determinantes

econômicos.

Ciente da complexidade das discussões propostas nesta publicação, visamos agregar e divulgar para a comunidade acadêmica, profissionais da educação, representantes dos movimentos sociais e instituições interessadas no tema, algumas reflexões sobre as políticas públicas de educação implementadas no Brasil após a Constituição Federal de 1988 – Constituição Cidadã. Agradecemos a todos que contribuíram para esta publicação, principalmente aos autores que disponibilizaram artigos. Esperamos que este livro venha a ser um importante instrumento para os avanços na concretização das políticas de educação no Brasil contemporâneo.

Boa leitura!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PADRE RAPHAEL MARIA GALANTI: ABORDAGEM CÍVICA E JESUÍTICA DA HISTÓRIA DO BRASIL PARA CRIANÇAS	
Ligia Bahia de Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.9881904021	
CAPÍTULO 2	14
GENEALOGIA DO <i>ETHOSEM</i> SARTRE: IMPLICAÇÕES DO ATUALISMO ONTO-FENOMENOLÓGICO NA LITERATURA E DRAMATURGIA	
Ricardo Fabricio Feltrin	
DOI 10.22533/at.ed.9881904022	
CAPÍTULO 3	28
PARA QUE FILOSOFIA? A FINALIDADE DA FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO	
Ítalo Leandro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9881904023	
CAPÍTULO 4	38
AMBIENTE FAMILIAR LETRADO: SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	
Leliane Aparecida Ribeiro	
Sandra Fiorelli de Almeida Penteado Simeão	
DOI 10.22533/at.ed.9881904024	
CAPÍTULO 5	43
ANÁLISE DAS PRÁTICAS DOCENTES E DISCENTES EM UMA DISCIPLINA DO ENSINO SUPERIOR EM SAÚDE NO CONTEXTO DA USABILIDADE DAS FERRAMENTAS COLABORATIVAS DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM MOODLE	
Sílvia Emanoella Silva Martins de Souza	
André Ribeiro da Silva	
Cássio Murilo Alves Costa	
Maria Auristela Menezes Costa	
Jitone Leônidas Soares	
Jônatas de França Barros	
Carissa Menezes Costa	
Críssia Maria Menezes Costa	
Fernando Antibas Atik	
DOI 10.22533/at.ed.9881904025	
CAPÍTULO 6	49
ANTROPOLOGIA LITERÁRIA: UMA ANÁLISE DO OLHO E DO OLHAR EM “O CORAÇÃO DELATOR” DE EDGAR ALLAN POE	
Anelliz Galvão do Amaral Giovaneti	
DOI 10.22533/at.ed.9881904026	

CAPÍTULO 7	55
ANÁLISE SOB OS CRITÉRIOS DO MEC DE UM CURSO ABERTO MASSIVO	
Edilmar Marcelino Ana Beatriz Buoso Marcelino	
DOI 10.22533/at.ed.9881904027	
CAPÍTULO 8	66
APRENDIZAGEM DE LÍNGUA INGLESA NO FACEBOOK: COLABORAÇÃO, LETRAMENTO DIGITAL E AUTONOMIA	
Inês Cortes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9881904028	
CAPÍTULO 9	76
ANÁLISE DE DISCURSO DE UMA PROPAGANDA DO GOVERNO TEMER SOBRE O “NOVO ENSINO MÉDIO”	
José Ronaldo Ribeiro da Silva Juliane Vargas	
DOI 10.22533/at.ed.9881904029	
CAPÍTULO 10	88
PARA UMA CRÍTICA DA MEDICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO	
Jucélia Maciel do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.98819040210	
CAPÍTULO 11	91
A TRAJETÓRIA DE ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS AVULSOS (TPAS) DO PORTO DE PARANAGUÁ- PR E AS ATUAIS DEMANDAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL MARÍTIMA	
Luceli Gomes da Silva Mário Lopes Amorim	
DOI 10.22533/at.ed.98819040211	
CAPÍTULO 12	104
AS LINGUAGENS UVIVERSAIS	
Manoel Lima Cruz Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.98819040212	
CAPÍTULO 13	117
BRINQUEDOTECA HOSPITALAR: O BRINCAR COMO ESTRATÉGIA INTERDISCIPLINAR	
Flávia de Castro Caixeta Kamylla Guedes Sena Tiago Gonçalves Côrrea Fernanda Duarte Pinheiro Vanessa Arruda Pires Karina Pereira da Silva Juliana Martins de Souza Janaína Cassiano Silva	
DOI 10.22533/at.ed.98819040213	

CAPÍTULO 14 124

AS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NO CONTEXTO DAS ESCOLAS PÚBLICAS
MUNICIPAIS DO ARACATI/CE: DO IDEAL AO POSSÍVEL

Catarina Angélica Antunes da Silva
Gilson de Sousa Oliveira
Enéas de Araújo Arrais Neto
Tânia Serra Azul Machado Bezerra

DOI 10.22533/at.ed.98819040214

CAPÍTULO 15 137

DIVERSIDADE SOCIAL: PAUTA DE DISSERTAÇÕES E TESES DEFENDIDAS EM PROGRAMAS DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Gualber Pereira Silva de Oliveira
Arlene Maria Soares de Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.98819040215

CAPÍTULO 16 150

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: LIMITES E CONTRADIÇÕES DA PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE NA
MODALIDADE

Paula Eliane Costa Rocha
Patrícia Moraes Veado
Andrea Cristina Versuti

DOI 10.22533/at.ed.98819040216

CAPÍTULO 17 162

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS: O VÍDEO COMO ESTRATÉGIA NO ENSINO
FUNDAMENTAL

Argicely Leda de Azevedo
Gerilúcia Nascimento de Oliveira
Jorgete Comel Palmieri Mululo
Polyana Milena Barros Navegante
Carolina Brandão Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.98819040217

CAPÍTULO 18 170

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL DE CRIANÇAS: O SUPLEMENTO INFANTIL DO JORNAL “A TRIBUNA”
DE SANTOS

Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira
Bruno Bortoloto do Carmo

DOI 10.22533/at.ed.98819040218

CAPÍTULO 19 184

O PAPEL DA EDUCAÇÃO FRENTE À CIDADANIA TENDO AS MÍDIAS COMO FONTE DE
MANIPULAÇÃO E CONSUMISMO

Danielle Stewart Oliveira de Araujo
Ícaro Ribeiro Soares
Maria Clara Pinto Cruz

DOI 10.22533/at.ed.98819040219

CAPÍTULO 20	195
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA EM AULAS DE HISTÓRIA	
Daniel Luciano Gevehr Darlã de Alves Shirlei Alexandra Fetter	
DOI 10.22533/at.ed.98819040220	
CAPÍTULO 21	212
A MÁQUINA DISCIPLINADORA: CONTRIBUIÇÕES DE FOUCAULT PARA EDUCAÇÃO ESCOLAR	
Ravelli Henrique de Souza Marta Regina Furlan de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.98819040221	
CAPÍTULO 22	222
FORMAÇÃO HUMANA E AFETIVIDADE: ELEMENTOS CRUCIAIS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR E NA PRÁTICA PEDAGÓGICA	
Farbênia Kátia Santos de Moura Daniela Fernandes Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.98819040222	
CAPÍTULO 23	233
O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA ESCRITA PELA CRIANÇA: DIALOGANDO COM ALEXANDER ROMANOVICH LURIA	
Lorita Helena Campanholo Bordignon Marilane Maria Wolff Paim	
DOI 10.22533/at.ed.98819040223	
CAPÍTULO 24	244
OS DESAFIOS DO EDUCANDO DO PROGRAMA TOPA NO CONJUNTO PENAL DE PAULO AFONSO	
Joilson Alcindo Dias Maria Aparecida da Silva Braz Vinícius Silva Santos	
DOI 10.22533/at.ed.98819040224	
CAPÍTULO 25	254
TORNAMO-NOS ATRAVÉS DAS COISAS	
Luiz Antonio Pacheco Queiroz Willian Carboni Viana	
DOI 10.22533/at.ed.98819040225	
CAPÍTULO 26	261
A INCLUSÃO DO ENSINO DA HISTÓRIA REGIONAL NOS 5º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, NA DISCIPLINA HISTÓRIA, EM MATO GROSSO DO SUL	
Elizabeth de Fátima da Silva Mattas	
DOI 10.22533/at.ed.98819040226	
CAPÍTULO 27	274
REFORMA EDUCACIONAL FRANCISCO CAMPOS: INOVAÇÃO, CENTRALIZAÇÃO E AUTORITARISMO	
Edelcio José Stroparo	
DOI 10.22533/at.ed.98819040227	

CAPÍTULO 28 284

RELAÇÃO ENTRE ESTILOS DE APRENDIZAGEM E DESEMPENHO NA AVALIAÇÃO EXTERNA DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Sonia Maria Duarte Grego
Flaviana Cristine Assumpção
Eliana Curvelo
Marisa Veiga Capela

DOI 10.22533/at.ed.98819040228

CAPÍTULO 29 295

RELAÇÃO INTERSEMIÓTICA DE TEXTOS MULTIMODAIS: UM ESTUDO IDEACIONAL CONFORME AS GRAMÁTICAS *SISTÊMICO-FUNCIONAL* E DO *DESIGN VISUAL*

Jeniffer Streb da Silva
Noara Bolzan Martins

DOI 10.22533/at.ed.98819040229

CAPÍTULO 30 301

A ESCRITA ESTUDANTIL EM PERIÓDICOS ESCOLARES NA ERA VARGAS

Eliezer Raimundo de Sousa Costa

DOI 10.22533/at.ed.98819040230

CAPÍTULO 31 316

O SOLDADO E A BAILARINA: PRÁTICAS PSICODRAMÁTICAS NO COLÉGIO MILITAR DE SALVADOR

Manon Toscano Lopes Silva Pinto

DOI 10.22533/at.ed.98819040231

CAPÍTULO 32 325

OS ESTÁGIOS SOCIOCULTURAIS DA UFRR E SUAS RELAÇÕES COM A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Samara Siqueira de Souza
Edison Riuitiro Oyama

DOI 10.22533/at.ed.98819040232

CAPÍTULO 33 336

TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE DIDÁTICA: UM ESTUDO A PARTIR DE TRÊS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA REGIÃO CENTRO-OESTE (2004-2010)

Adriana Rodrigues
Andréa Maturano Longarezi

DOI 10.22533/at.ed.98819040233

CAPÍTULO 34 348

A PROBLEMÁTICA DO LIXO: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EJA DA ESCOLA RUI BARBOSA EM PINHAL GRANDE /RS

Ivani Belenice Dallanôra
Cibele Pase Liberalesso
Marilene Scapin
Thaís Vendruscolo
Zenita Maria Uliana Posser

DOI 10.22533/at.ed.98819040234

CAPÍTULO 35 357

O VALOR DA MARCA E A PERCEPÇÃO DO INTANGÍVEL: CAMPANHAS NATURA

Daiane do Rosário Martins da Silva
Mirian Sousa Moreira
Ana Clara Ramos
Carla Mendonça de Souza
Allana Dalila Costa Rodrigues Lacerda
Liliane Guimarães Rabelo
Rafael Silva Couto

DOI 10.22533/at.ed.98819040235

SOBRE A ORGANIZADORA..... 368

OS ESTÁGIOS SOCIOCULTURAIS DA UFRR E SUAS RELAÇÕES COM A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Samara Siqueira de Souza

Acadêmica do Curso de Ciências Sociais da
Universidade Federal de Roraima

Edison Riuitiro Oyama

Professor do Curso de Pedagogia da
Universidade Federal de Roraima

RESUMO: Neste artigo abordamos as relações que permeiam as atividades laborativas desenvolvidas pelos bolsistas vinculados aos programas PROQUALIFICA e PROACADÊMICO implementados pela Universidade Federal de Roraima, com o intuito de averiguar se os programas PROQUALIFICA e PROACADÊMICO - plasmados e inseridos no contexto mais amplo do mundo do trabalho - caracterizam formas de trabalho precário ao nível da universidade pública, como uma modalidade de política pública conduzida pelo Estado. Após análise das informações contidas nos documentos oficiais pertinentes à assistência estudantil, estágios em geral e os estágios socioculturais da Universidade Federal de Roraima, concluímos que as funções desempenhadas pelos bolsistas dos referidos programas constituem formas de precarização do trabalho, posto que os alunos não contam com vínculo empregatício devidamente legalizado, muito embora desempenhem funções administrativas próprias de trabalhadores

qualificados, mas com salários muito inferiores e, por vezes, estão alocados em áreas que não condizem com sua formação acadêmica.

PALAVRAS-CHAVE: precarização do trabalho; universidade pública; estágios socioculturais.

ABSTRACT: In this article we will discuss the relationships that permeate the work activities developed by the scholarship holders associated with the PROQUALIFICA and PROACADÊMICO programs, implemented by the Federal University of Roraima, in order to investigate if the PROQUALIFICA and PROACADÊMICO programs - embodied and inserted in the broader context of the world of work - characterized forms of precarious work at the level of the public university, as a modality of public policy conducted by the State. After analyzing the information contained in the official documents pertinent to student assistance, internships in general and the socio-cultural internships of the Federal University of Roraima, we conclude that the functions performed by the scholarship holders of these programs constitute forms of precarious work, since the students do not have duly legalized employment, although they perform their own administrative functions of skilled workers, but with much lower wages and sometimes they are allocated in areas that do not correspond to their academic training.

KEYWORDS: precariousness of work; public

university; socio-cultural stages.

1 | INTRODUÇÃO

Desde que se estabeleceu enquanto modo de produção dominante, o capitalismo conheceu algumas formas de organização (liberalismo, *keynesianismo*, neoliberalismo, etc.) que, apesar de manterem sua lógica básica, resultaram em tipos distintos de interação entre capital e trabalho. Nesta relação conflitiva, determinada pela dominação do capital sobre o trabalho, estão implicadas as crises cíclicas e, por conseguinte, as medidas tanto práticas como teóricas, de contenção e prevenção do que parece ser inerente ao próprio capital. O pensamento neoliberal, assim como a economia política empreendida por essa doutrina procura conter, prever e lidar com as crises por meio da recessão e da implementação do chamado “Estado mínimo”.

Contudo, as crises do modo de produção capitalista são estruturais e inerentes à essência contraditória desse sistema. Segundo Paulo Netto e Braz (2010, p. 157), “[...] não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise.” Assim, diante das crises do sistema capitalista, foram aprimorando-se as medidas adotadas para solucioná-las. Nesse processo de retomada da acumulação do capital, como pontuam Antunes e Alves (2004), é no campo do mundo do trabalho que são executadas as ações mais “efetivas”, as quais também têm por função recompor a taxa média de lucro.

Nesses termos, o cenário global de nossa pesquisa refere-se ao último quartel do século XX, conforme as palavras de Eric Hobsbawm: “[...] de um mundo que perdeu suas referências e saltou para a instabilidade e a crise”. (HOBSBAWM, 1994, p. 393). Por conta disso, o que está posto na análise aqui apresentada são os efeitos em escala reduzida das crises provocadas pelo modelo econômico atual. Para tanto, lançaremos mão de conceitos ligados ao que Antunes (1999) denomina de *mundo do trabalho*.

É sob a lógica da reorganização produtiva que a precarização do trabalho se transforma em uma das “soluções” mais nefastas para a *classe-que-vive-do-trabalho*. Ou seja,

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do *desemprego estrutural*, que atinge o mundo em escala global. Pode se dizer, de maneira sintética, que há uma *processualidade contraditória* que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho *precário* e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos (ANTUNES, 2006, p. 49-50).

A precarização se concretiza, assim, nas formas de trabalho *part-time*, terceirizados, na perda parcial ou total dos direitos trabalhistas e sociais, no desempenho de múltiplas funções, em condições de insalubridade, salários mais baixos, trabalho temporário, trabalho atípico/sem vínculo empregatício. Como parceiro privilegiado do capital, também compete ao Estado a intervenção nos planos a serem implementados, na condução de políticas públicas consentâneas às necessidades e interesses da

reprodução capitalista (LUXEMBURGO, 1970). Em relação ao trabalho precário, nós o compreendemos da seguinte forma:

[...] a precarização diz respeito às condições de trabalho e está relacionada, normalmente, aos baixos salários, à ausência de benefícios sociais, a condições ambientais e de segurança precárias, a extensas jornadas de trabalho, a contratos de trabalho ilegais sem registro em carteira e à ausência de representação sindical (DIEESSE *apud* ALMEIDA, 2008, p. 3).

Nesse cenário em que se busca atenuar os efeitos das crises, a educação também vem se ajustando à lógica de valorização do capital, sendo a adoção de *estágios socioculturais*¹ em instituições de ensino público em nível médio, técnico e superior, uma das expressões consolidadas pelo poder estatal para contratação de mão-de-obra estudantil através de bolsas/estágios, em prol de preencher vagas de trabalho sem vínculo empregatício, e portanto, sem qualquer direito trabalhista respaldado na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Em face do exposto, nosso objetivo com o presente estudo foi investigar se os *estágios socioculturais* caracterizam formas de trabalho precarizado, no âmbito da universidade pública, como uma modalidade de política pública conduzida pelo aparelho estatal e sob a égide do capital. Destarte, investigamos se os estágios na forma das bolsas PROQUALIFICA e PROACADÊMICO da Universidade Federal de Roraima (UFRR), configuram uma manifestação de trabalho precário. Buscamos, para isso, averiguar o discurso subjacente aos documentos, bem como as características do trabalho desempenhado pelos bolsistas. Dessa forma, nossa pesquisa caracterizou-se como um estudo de natureza descritiva e analítica (SELLTIZ et al, 1974).

Os objetos do exame foram os programas das bolsas PROQUALIFICA e PROACADÊMICO desenvolvidos no âmbito da UFRR. A técnica de pesquisa empregada consistiu na análise documental (GIL, 2002) referente aos seguintes documentos oficiais: Lei N°. 11.788, 25 de setembro de 2008, que rege os estágios no Brasil; Decreto N°. 7.234, 19 de julho de 2010; bem como as resoluções e editais das Bolsas da UFRR que respaldam a criação e manutenção desses programas na UFRR.

2 | A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Um conceito chave deste estudo refere-se ao *trabalho precário*, que, como salientamos anteriormente, faz parte das orientações adotadas pelo capital em meio às crises, como uma das soluções com vistas a recuperar a lucratividade. Assim, a precarização

[...] é um processo geral, que condiciona a existência de força de trabalho pós-fordista. O processo de precarização do trabalho, essa experiência de incerteza

1. Por estágios socioculturais e, conseqüentemente, os referidos Programas de bolsa/auxílio, compreendemos aqueles regidos segundo a Lei N°. 11.788, de 25 de setembro de 2008, no Art. 2º do § 2º contido na Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, a qual regulamenta que: “Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória”, bem como as características das “Bolsas” com tal legislação.

comum do trabalho vivo pós-fordista, foi estabelecido por etapas, com mudanças, por passagens cruciais. Primeiramente, as etapas das intervenções legislativas que vêm provocando, pouco a pouco, o fracasso da edificação de todas as garantias conquistadas pelo trabalhador fordista e vêm introduzindo, de fato, a possibilidade de fazer uso da força de trabalho em regime de flexibilização (TIDDI, *apud* VASAPOLLO, 2006, p. 53).

Neste contexto, o Estado intervém de forma intensa e presente, desempenhando o papel de fomentar as conjunturas essenciais para o desenvolvimento e estabilidade do modo de produção capitalista, sendo cada vez mais apropriado e funcionando de acordo com os interesses e necessidades do capital. Com isso, ocorre a “socialização das perdas”, o financiamento público da esfera privada, a mercantilização e a privatização dos serviços públicos, que são transformados em mercadorias visando sempre o lucro.

Temos como exemplo o sistema educacional público, o qual não fica isento de tal crise, sofrendo com as reformas educacionais, a redução do orçamento que são transferidos para o capital privado e o sucateamento em todos os seus níveis, o que possibilita abertura para a implementação de modelos empresariais como a Gerência de Qualidade Total na Educação – GQTE.²

Vejamos como alguns órgãos chaves de atuação internacional enxergam a educação:

A OMC e o Banco Mundial declararam a educação como serviço, ou seja, mercadoria; é o caminho aberto para sua privatização. “Estudos rigorosíssimos” vaticinaram que a solução para a crise da educação não tinha relação com os investimentos, com o aumento das verbas, mas sim com a gestão eficiente dos recursos. Trata-se não somente de privatizar ao máximo os serviços educacionais, mas também de reduzir ao máximo os investimentos públicos e administrar os poucos recursos nos moldes das empresas privadas, com “eficiência e produtividade”. (COSTA et al, 2009, p. 110-111).

Conforme Gurgel e Godeiro (2015), no Ensino Superior, as medidas adotadas pelos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC), Lula da Silva e Dilma Rousseff, o “pacote” das políticas neoliberais voltadas para educação viabilizaram legalmente abertura para a mercantilização e privatização nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e a diminuição de verbas destinadas às mesmas, concomitante ao fomento às instituições privadas. Por exemplo, tivemos o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Outras ações que promoveram o sucateamento das Instituições de Educação Superior (IES) públicas, de acordo com Lisboa (2013), foi a expansão sem planejamento adequado na infraestrutura de prédios feitos com recursos provenientes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o que acabou por comprometer o desenvolvimento e a absorção adequada no processo pedagógico pelos docentes e alunos. Tal programa também

2. “A GQT e conseqüentemente a GQTE apresenta-se como um modelo de gestão do trabalho diferenciado do taylorismo-fordismo pelo seu caráter “participativo e desalienante”. [...] A GQTE busca, através do controle dos processos, a garantia da excelência na educação. Desta forma, gerência de qualidade total na educação significa controle total do processo de trabalho escolar.” (FIDALGO, 1994, p. 66-67).

está associado a inúmeros outros problemas, como o adoecimento dos professores decorrente do acúmulo das inúmeras tarefas e metas que devem cumprir, na dificuldade para executar suas tarefas didáticas na qualidade desejada, além da contratação de professores temporários sem vínculo empregatício, o que de certa maneira acaba por enfraquecer a categoria. Ou seja,

A desconstrução da carreira docente é uma das estratégias do governo federal para acelerar o processo de privatização “por dentro” do ensino público superior no Brasil. [...] A ideia é retirar a função social da universidade e transformá-la em uma “prestadora de serviços” com foco nas demandas do mercado. (RODRIGUES; XAVIER, 2013, p. 19)

As transformações advindas da mundialização do capital trouxeram consigo reivindicações de mudanças/reformas nas instituições do Estado no contexto da ótica valorativa do capital. No campo educacional, observa-se a reconfiguração e posição socioeconômica das universidades em geral, mas em particular as instituições federais, nas quais, por exemplo, “[...] a pesquisa passa a seguir nova diretriz orientada para o atendimento da demanda econômica crescente de valorização do capital.” (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, 2013, p. 125). O que os autores estão chamando atenção é justamente para essa moderna “identidade institucional”, que passa a ser dirigida por uma racionalidade funcional a serviço de efetivar a política estatal. O que denota que os poucos recursos destinados às universidades públicas e o elevado montante direcionado para as instituições privadas não correspondem ao discurso de promover expansão nos moldes adequados, sanando as carências, na ampliação e permanência dos jovens na educação superior, mas em reorientar as instituições de educação superior aos anseios da atual ordem econômica de mercado.

Dados estatísticos confirmam o promissor e crescente aumento da rede de centros universitários no Brasil com ênfase no espaço privado, revelando que apenas 27% das matrículas em curso superior ficam na rede pública. Mencionam ainda a expansão das instituições de ensino superior privadas que ocorreu de forma assombrosa em dezenove anos (1994-2013) em cerca de 230% (GURGEL; GODEIRO, 2015, p. 24-25). A criação de uma política educacional com suporte em organizações internacionais voltada para os países considerados emergentes como o Brasil, conforme afirma Castro (2010) foi uma política pensada e implementada para toda a América Latina na década de 90, com a justificativa de agregar os que até aquele momento não eram assistidos pela educação superior.

Conforme citado anteriormente,

Os pressupostos dos documentos da Unesco endossam as políticas neoliberais no campo da educação, que iniciaram um verdadeiro processo de desmonte das universidades públicas brasileiras com investimentos cada vez mais reduzidos por parte do Estado. (CASTRO, 2010, p. 198).

Portanto, é como se diante do cenário de miséria estrutural em muitos países pobres e emergentes, devêssemos abandonar as esperanças de uma educação pública e de qualidade. É como se apenas com medidas neoliberais se pudesse

garantir o mínimo necessário que atenda o maior número de pessoas, e tudo isso sem prejuízo do mercado. Porém, ao contrário dessa promessa, o que está em questão é a captura, o desmembramento e a reconfiguração de um modo de pensar e de implementar a educação tendo como centralidade o ser humano. Em lugar disso, o pensamento neoliberal aspira a retirada de valores que são próprios do sistema educacional jogando-o na vala comum das mercadorias e serviços.

3 | AS BOLSAS PROQUALIFICA E PROACADÊMICO DA UFRR: UM CASO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?

A noção de estágios socioculturais apresentada no presente trabalho tem como suporte teórico a autora já mencionada, Ada Maria de Almeida (2008). Em sua concepção, os estágios socioculturais configuram uma expressão das medidas adotadas pelo Estado, em parceria com o empresariado e a esfera privada, com vistas a mercantilizar a educação pública. Tudo isso dentro do processo de reformas educacionais, que procura dar ares de mercado ao sistema de ensino, de modo a disponibilizar “[...] uma mão-de-obra barata, escolarizada e disposta a desempenhar com eficiência e dedicação as mais diversas funções (não necessariamente relacionadas com o curso que o estudante faz) [...]” (ALMEIDA, 2008, p. 8).

Ou seja, ao invés de subsidiar o elo entre o saber e a experiência, contribuem para adequar a educação aos interesses do capital. No caso dos programas PROACADÊMICO e PROQUALIFICA da Universidade Federal de Roraima, apesar da instituição não qualificá-los em regime de bolsas-estágios, neste estudo nós os denominamos de *estágios socioculturais* tendo por base as características que lhe são peculiares, regidas pela Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008), que se destina aos estudantes de cursos presenciais, cuja matrícula e frequência sejam regulares.

Estes estágios têm por natureza a incumbência da junção do saber teórico às atividades práticas tendo em vista a contextualização curricular, sob a tutela de um supervisor, objetivando a capacitação através do aprendizado adquirido nesse período de estágio, firmado entre as partes por meio do Termo de Consentimento, visando a realização laborativa no período de 20 (vinte) horas semanais. Portanto, 4 (quatro) horas diárias na categoria de bolsista remunerado por uma bolsa equivalente a R\$535,00 (quinhentos e trinta e cinco reais) por mês, sem estabelecer vínculo empregatício. Cabendo ainda o encargo de elaborar relatórios mensais contendo o teor das atividades laborativas desempenhadas e avaliadas por seu supervisor.

Tal é o que regem as Resoluções, Editais e o Decreto Nº 7.234, 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010), os quais regulamentam alguns pressupostos referentes à forma de utilização do recurso financeiro do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, outorgando autonomia às instituições educacionais na definição

dos critérios e a metodologia de seleção dos discentes a serem contemplados, considerando as necessidades e singularidades de cada instituição, vinculando-se com as ações de ensino, pesquisa e extensão.

O escopo dos mesmos pauta-se: 1) no desígnio de viabilizar democraticamente as condições básicas para permanência dos alunos nos cursos de graduação amenizando os resultados das desigualdades sociais; 2) diminuir a parcela de evasão e retenção nos cursos; 3) proporcionar a inserção social desses alunos por intermédio da educação.

A insuficiência de assistentes administrativos e a contratação de empresas terceirizadas que prestam serviços aos setores de limpeza, manutenção/técnico e restaurantes universitários, caracterizam também a precarização das condições de trabalho nas IES, por meio de baixa remuneração, atrasos de salários e contratos que violam parcialmente ou na totalidade os direitos trabalhistas inclusos na CLT.

No caso da suposta precarização do trabalho expressa pelos estágios socioculturais da UFRR (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, 2012a), debruçamo-nos na análise dos Arts. 1º e 2º do TÍTULO I, CAPÍTULO I da resolução N° 028/2012 – CUNI, onde se define o caráter e propósito da bolsa PROQUALIFICA, a qual caracteriza-se como:

Art. 1º – O Programa de Bolsa Administrativa (doravante PROQUALIFICA) é um programa de caráter social, que visa propiciar auxílio financeiro a discentes de cursos de graduação da UFRR, pelo cumprimento de uma carga horária mínima de 20 (vinte) horas semanais em atividades nas áreas técnica ou administrativa.

Art. 2º – A participação do discente no PROQUALIFICA constitui-se instrumento de integração social e aperfeiçoamento profissional e cultural, proporcionando-lhe complementação aos processos de ensino e aprendizagem por meio do desenvolvimento de atividades orientadas, avaliadas e vinculadas aos setores acadêmicos, técnicos e administrativos da UFRR. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, 2012b)

Bem como o Art. 1º do TÍTULO I, CAPÍTULO I da resolução N° 023/2012 – CUNI, o qual cria e regulamenta o Programa PROACADÊMICO:

Art. 1º – O Programa de Bolsa Permanência (doravante PROPERMANÊNCIA) é um programa de caráter social que visa propiciar auxílio financeiro a discentes com vulnerabilidade socioeconômica matriculados em cursos presenciais de graduação da UFRR, pelo cumprimento de uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme natureza das atividades requeridas, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, com vistas à redução do índice de evasão e retenção nos cursos da UFRR, tendo por objetivo contribuir para o desempenho acadêmico.

Parágrafo único – A participação no PROPERMANÊNCIA não gera qualquer vínculo empregatício entre o bolsista e a UFRR. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, 2012b)

No tocante ao Programa PROQUALIFICA, em observância ao Decreto N° 7.234 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, 2016), o objetivo é proporcionar condições igualitárias aos discentes para continuarem sua formação universitária, contribuindo

na capacitação profissional dos mesmos, com intuito de minimizar a desistência e retenção dos alunos. Assim, no exercício do seu estágio, no prazo de dois semestres “podendo ser renovada em igual período”, os discentes devem ser lotados para desempenho em atividades acadêmicas, técnicas ou administrativas, considerando *preferencialmente* sua área de formação.

Outrossim, o Programa PROACADÊMICO visa inserir o aluno em tarefas a serem desempenhadas nos setores de ensino, pesquisa e extensão para acadêmicos em condições de “vulnerabilidade socioeconômica”. Este, com a mesma duração, mas com possibilidade de prorrogação “por um período de até mais 03 (três meses)”. Ambos os programas não implicam em vínculo empregatício (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, 2017).

A responsabilidade pelos Programas compete à Diretoria de Assuntos Estudantis-DAES-UFRR, ligada à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão-PRAE-UFRR, que obedecendo aos ditames das resoluções elabora, publica e acompanha o andamento dos editais, seguindo os critérios de triagem tendo prioridade os alunos “oriundos de escolas públicas ou com renda familiar per capita de até 1 salário mínimo e meio”.

Assim, a DAES define que para candidatar-se às bolsas o estudante deve comprovar os itens prescritos nos editais, quais sejam: de não possuir outra formação acadêmica; estar regulamente matriculado, com desempenho acadêmico satisfatório, com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de frequência e aprovação nas disciplinas correspondente ao semestre anterior; disponibilidade de 20 (vinte) horas semanais em conformidade com a grade curricular para a realização das tarefas; não ter sido desvinculado do programa ou demais por atuação insatisfatória justificada; inexistência de punição disciplinar no ato da homologação da bolsa ou estar em situação irregular nas instâncias da universidade ou “receita federal, serviço militar, justiça eleitoral”; não acumular outras remunerações seja qual for a origem, apenas os auxílios transporte, alimentação e reprografia (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, 2013).

As atividades laborais exercidas pelos bolsistas nos setores acadêmico, administrativo e técnico deveriam estar relacionadas diretamente com o campo de formação de cada aluno/estagiário, mas como consta nos dois editais aqui citados há brechas nos documentos, com ressalvas de que “a alocação [...] poderá ocorrer em unidades acadêmicas, técnicas ou administrativas [...] considerando **preferencialmente** sua área de formação.” Isto é, não necessariamente estes alunos precisam ser alocados em unidades ligadas à sua formação já que um dos critérios para alocação baseia-se na análise do perfil do aluno em consonância “com as atividades apresentadas pelas solicitações de bolsistas encaminhadas à DAES/PRAE/UFRR”.

No item 1.4 do Edital Nº 142/2017-PRAE/UFRR, que tem por objetivo normatizar legalmente o remanejamento de bolsistas da lista de espera vinculados ao programa PROACADÊMICO/2017, para ocuparem as vagas ociosas do

programa PROQUALIFICA, justifica-se que no remanejamento, “As vagas da bolsa PROACADÊMICO/2017 continuam vinculadas à Resolução Nº 023/2012-UFRR/CUNI [...] tendo o remanejamento apenas efeito para fins de pagamento das bolsas”. Dando a entender que ambos cumprem a mesma função, apesar de haver algumas distinções entre os programas descritos anteriormente (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, 2017).

Além do trabalho desenvolvido ocorrer sem as garantias pertinentes aos direitos trabalhistas, em analogia ao estudo de caso realizado por Almeida (2008) com estudantes estagiários de duas escolas públicas, podemos inferir que ambos programas - PROQUALIFICA e PROACADÊMICO - caracterizam mais uma modalidade de atividade que visa suprir as demandas de trabalhos nessas unidades, principalmente na área administrativa da universidade, preenchidas com a mão-de-obra dos alunos bolsistas, do que oportunizar as condições necessárias para amenizar as desigualdades sociais e a capacitação profissional desses acadêmicos/bolsistas.

Por tudo isso, ao analisar o discurso contido nos documentos oficiais da instituição, referentes às bolsas PROQUALIFICA e PROACADÊMICO, identificamos evidências que configuram casos de precarização do trabalho por meio da concessão dos estágios socioculturais da UFRR. Ou seja, os estágios socioculturais se enquadram como formas de trabalho precarizado, mas que, devido à “roupagem institucional”, *acabam ganhando aparência de legalidade, implementada como uma política pública na Universidade em geral e nesse caso específico, pela Universidade Federal de Roraima.*

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ada Maria de. **O estudante do ensino médio e técnico e precarização do trabalho: perspectivas e adaptação** – um estudo de caso de jovens estagiários. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p.160. 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **Adeus ao trabalho?** 11.ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n.87, p. 335-351, mai./ago., 2004.

BRASIL. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES**. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 25 de out. 2016.

BRASIL. Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT**. Aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/

ato2007-2010/2008/lei/111788.htm>. Acesso em: 15 out. 2016.

CASTRO, Alba Tereza B. de. Política educacional e direitos sociais: reconfiguração do ensino superior no Brasil. In: BOSCHETTI, I. et al (Orgs). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010. p.195-210.

COSTA, Áurea, et al. **A proletarização do professor**. São Paulo: Sundermann, 2009.

FIDALGO, Fernando Selmar. Gerência da Qualidade Total na Educação: A privatização do público. In: FIDALGO, F. S.; MACHADO, L. R. de S. (Orgs.). **Controle da Qualidade Total**. Belo Horizonte, MG: Movimento de Cultura Marxista, 1994. p. 63-78.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GURGEL, Amanda; GODEIRO, Nazareno. **A quem serve a crise da educação brasileira?** São Paulo: ILAESE, 2015.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LISBOA, Carla. **Reuni expande a precarização nas universidades**. Brasília- DF. Disponível em:<<http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-538744690.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2016.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca básica de serviço social; v.1).

RODRIGUES, V.; XAVIER, F. **Ataques à carreira preparam o terreno da privatização**. Brasília- DF. Disponível em:<<http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-538744690.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2016.

SELLTIZ, Claire et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, EDUSP, 1974.

SILVA JUNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. Universidade pública brasileira no século XXI: Educação superior orientada para o mercado e intensificação do trabalho docente. **Espacios en Blanco**, v.23, n.1, jun, 2013. Disponível em <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S15154852013000100007&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 1 out. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. **EDITAL Nº 06/2016 – PRAE/UFRR- BOLSA PROQUALIFICA/2016**. Divulga abertura de inscrições no processo seletivo para o ano letivo de 2016 da Bolsa PROQUALIFICA/2016, conforme Decreto n.º 7.234/2010 e Resolução n.º 028/2012-CUNI/UFRR. Disponível em:< <http://prae.ufr.br/index.php/downloads/editais>>. Acesso em: 10 de ago. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. **EDITAL Nº 04/2017–PRAE/UFRR- BOLSA PROACADÊMICO/2017**. Divulga abertura de inscrições no processo seletivo para o ano letivo de 2017 da Bolsa PROACADÊMICO/2017, conforme Resolução n.º 023/2012-CUNI/UFRR, alterada pela Resolução n.º 024/2013-CUNI/UFRR. Disponível em:< <http://prae.ufr.br/index.php/downloads/editais>>. Acesso em: 10 de ago. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. **EDITAL Nº 142/2017–PRAE/UFRR- 3º REMANEJAMENTO DE VAGAS DA BOLSA PROACADÊMICO/2017 PARA A BOLSA PROQUALIFICA/2016. A Pró-Reitora de Assuntos Estudantis e Extensão da Universidade Federal de Roraima em exercício – PRAE/UFRR resolve remanejar 12 (doze) vagas da Bolsa PROACADÊMICO/2017 para a Bolsa PROQUALIFICA/2016**. Disponível em:< <http://prae.ufr.br/index.php/downloads/editais>>. Acesso em: 10 de ago. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Conselho Universitário. **Altera a Resolução nº 023/2012-CUni, que trata sobre o Programa PROPERMANÊNCIA**. Resolução, n. 024/2013, de 26 de dezembro de 2013. Disponível em:<http://ufr.br/conselhos/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=135:resolucoes-2013&Itemid=403&limitstart=20>. Acesso em: 12 de ago. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Conselho Universitário. Cria e aprova as normas do Programa PROPERMANÊNCIA para discentes de Cursos de Graduação da Universidade Federal de Roraima. 2012a. Resolução, n. 023/2012, 29 de outubro de 2012. Disponível em:<http://ufr.br/conselhos/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=137:resolucoes-2012&Itemid=403&limitstart=20>. Acesso em: 16 ago. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Conselho Universitário. Cria e aprova as normas do Programa PROQUALIFICA, para discentes de Cursos de Graduação da Universidade Federal de Roraima. 2012b. Resolução, n. 028/2012, 12 de dezembro de 2012. Disponível em:< http://ufr.br/conselhos/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=137:resolucoes-2012&Itemid=403&limitstart=20>. Acesso em: 16 de ago. 2016.

VASAPOLLO, Luciano. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-098-8

